

A educação a distância na Universidade do Estado de Minas Gerais

Priscila Rondas Ramos Cordeiro Torres Fontes

Adálcio Carvalho de Araujo

Alícia Maria Almeida Loureiro

Lorna das Graças M. R. Pires Pinheiro de Azevedo

1 Introdução

O presente artigo identifica na literatura o lugar que a Educação a Distância (EaD) ocupa na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Levando em consideração que esta instituição, como Universidade pública e *multi-campi*, tem uma grande responsabilidade social de oferecer ensino superior de qualidade à população mineira, ela se apropria de conceitos e metodologias em relação a essa modalidade de ensino, tanto para estender seu campo de atuação, quanto para aferir a ampliação do número de alunos atendidos, das possibilidades de acessibilidade e de otimização de recursos.

Para conduzir este trabalho serão analisados três artigos sobre a temática: “Educação a distância como política alternativa de formação inicial e continuada na Universidade

do Estado de Minas Gerais”, de Paula e Cruz (2014); “Implantação de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial na Universidade Pública”, de Azevedo *et al.* (2017); e “As contribuições da Faculdade de Políticas Públicas para a implementação e gestão dos Cursos de Graduação e Pós-graduação”, de Araújo e Correa (2017).

Contudo, antes de ponderar os resultados apresentados por essa literatura em adição ao estágio contemporâneo da sociedade, no qual a EaD se torna tão relevante para a Educação, torna-se necessário, primordialmente, estabelecer os conceitos que serão trabalhados neste estudo.

A definição de EaD encontrada no art. primeiro do Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, diz que:

(...) caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

De acordo com Moran (2002, p. 1), “educação a distância é o processo de ensino- aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente”.

Para Nunes (2009), a educação a distância teve início com o professor Caleb Philips, em 1728, com o curso profissionalizante de taquigrafia, cujo material impresso era enviado por correspondência, na Gazette de Boston, nos Estados Unidos da América.

A partir de então, a EaD avançou, oferecendo ensino e aprendizagem por intermédio do rádio, ganhando destaque pela sua abrangência e acessibilidade.

De acordo com Del Bianco (2009, p. 57), “pelo seu alcance em todos os segmentos sociais, ampla cobertura geográfica e baixo custo do aparelho, o rádio oferece possibilidades para a EaD no desenvolvimento de programas de educação formal e não formal”.

Apesar dessas iniciativas, a EaD atingiu maior crescimento somente nas décadas de 60 e 70 do século XX, quando várias instituições de ensino do mundo passaram a investir massivamente nessa modalidade de ensino. A partir desse momento, estabeleceu-se o embrião da atual Internet, por intermédio da Administração dos Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (ARPA), por volta de 1968/69, tendo sido a Arpanet a primeira rede de computadores a longa distância (GOUVÊA; OLIVEIRA, 2006, p. 24). E assim, no final do século XX, o *Personal Computer* (PC) chega à casa das pessoas, tendo sido disponibilizado no início apenas a máquina, sem ligação à rede, mas possibilitando o estudo mediado pela tecnologia do CD-ROM.

Foi a partir da década de 1990 que o acesso às tecnologias comunicativas, telemática, redes virtuais, Tecnologias da Informação e Telecomunicação (TICs) tornou-se mais ágil, com a intensificação dos avanços tecnológicos, que, segundo Nunes (2009, p. 7), puderam “gerar condições para um aprendizado mais interativo, através de caminhos não lineares, em que o estudante determina seu ritmo, sua velocidade, seus percursos”. E, segundo Castells (2010, p. 43), a denominada sociedade em rede deu-se mediante um processo histórico.

Tem-se que por meio das TICs é possível informar e se comunicar de forma mais rápida e assertiva. Isso quer dizer que “as redes se tornaram a forma organizacional predominante de todos os campos [...] as tecnologias de comunicação construíram a virtualidade como uma dimensão fundamental da nossa realidade” (CASTELLS, 2010, p. XXIX-XXX).

Para embasar a realização deste estudo utilizou-se de pesquisa bibliográfica, de forma exploratória, por meio da leitura de três principais obras relacionadas diretamente ao tema.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003):

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses,

material cartográfico etc., [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...] (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

Nesse estudo, foi utilizada uma abordagem qualitativa para a análise dos dados coletados, buscando-se fazer um minucioso levantamento bibliográfico com o objetivo de compreender qual o lugar que a EaD ocupa na formação dos alunos, servidores e comunidade em geral na UEMG. A obtenção de dados se apresenta pela leitura e fichamento do material selecionado para, após as devidas análises, alcançar os elementos que possibilitaram a construção deste artigo.

Para Denezin e Lincoln (2005a, p. 3 *apud* FLICK, 2009, p. 16), “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que torna o mundo visível”.

Portanto, a partir do objetivo proposto neste artigo optou-se por uma metodologia que valorize os aspectos qualitativos da investigação, por se revelar a melhor abordagem a se conformar à natureza da questão em foco. Essa compreensão é corroborada por Branco (2014), quando afirma que:

Assume-se, finalmente, um posicionamento teórico, que traz à tona tudo o que foi suspenso fenomenologicamente, para

formular, em seguida, categorias temáticas à vivência estudada. Esta fase evidencia a intencionalidade (o direcionamento) da consciência do pesquisador sobre o fenômeno pesquisado. Neste ponto, elaborase uma intelecção condizente à área de conhecimento da pesquisa, para fundamentar o que foi observado em relação à vivência estudada e comunicá-la à comunidade científica (BRANCO, 2014, p. 194).

Desse modo, para apresentar um panorama do cenário da Educação a Distância na UEMG, este texto se desenvolve em três momentos: no primeiro, a partir da revisão da literatura, descreve-se a conjuntura da EaD no Brasil. No segundo, o foco se fixa em apresentar a UEMG e a educação a distância em contexto, bem como enunciar e enumerar a expansão das ações da UEMG no âmbito dessa modalidade de ensino. Na etapa complementar, apresentam-se as discussões teóricas sobre a EaD na UEMG.

2 Contextualizando a educação

a distância no Brasil

A EaD no Brasil não é recente. A primeira experiência registrada, de acordo com Associação Brasileira de Ensino a Distância (ABED), data de 1904, quando “o Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo” (ALVES, 2011, p. 87) Em seguida, de acordo com o autor, foram oferecidos cursos pelo rádio, cursos profissionalizantes por correspondência,

cursos comerciais radiofônicos pela Universidade do Ar, fundada em 1947 e patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e, em 1979, a Universidade de Brasília cria cursos veiculados por jornais e revistas, reconhecida como pioneira “no uso da Educação a Distância, no ensino superior no Brasil” (ALVES, 2011, p. 88).

Embora apresente uma história que remonta ao início do século XX, o marco regulatório da EaD no Brasil ocorreu somente com a promulgação da Lei nº. 9.394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em seu art. 80, estabeleceu: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, p. 43). Em concordância com a LDB, o Decreto nº. 5.622/2005 possibilitou a oferta de cursos a distância em todos os níveis.

Sobre a trajetória da EaD no país, Mill (2016) ressalta que:

No Brasil, esses últimos 15 anos foram marcantes para a educação (em geral) e para a Educação a Distância (EaD), em particular. Expansão do ensino para mais pessoas, aumento da faixa etária atendida, mais investimento em todos os níveis de ensino, melhoria das condições para educandos e educadores (nesse caso, com suas ressalvas) etc. (MILL, 2016, p. 433).

E sobre o impacto da expansão da EaD no Ensino Superior brasileiro, no período de 1998 a 2013, Ristoff (2013) afirma que esse movimento marcou um período de aumento do número de instituições de ensino superior (IES), de cursos, de matrículas e de egressos.

Atualmente, temos a educação a distância como uma modalidade de ensino mediada por tecnologias nas quais alunos e professores estão separados espacial e/ou temporalmente, ou seja, não estão fisicamente presentes em um ambiente presencial de ensino-aprendizagem. Segundo Arruda (2016, p. 121) o Decreto nº. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, no art. 1º, “trazia em seu texto interpretações confusas e controversas sobre a EaD”:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (BRASIL, 1998).

Posteriormente, esse decreto foi revogado pelo Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, do Ministério da Educação. Arruda (2016, p. 121) considera que o novo “texto aprovado apresentou melhorias na definição da EaD e sua relação com as tecnologias e sujeitos envolvidos no processo educativo”. Por este Decreto, o artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Assim, no âmbito ideológico, a EaD caracteriza-se pelo estabelecimento de uma comunicação por vários meios, utilizando-se, principalmente, dos recursos disponibilizados pelas tecnologias da informação e comunicação. Depois do advento da Internet, o e-mail e a *web* tornaram-se ferramentas importantes, contribuindo para a ampliação do campo da EaD.

Ressaltam-se como pontos positivos desta modalidade de ensino a inclusão de pessoas com necessidades especiais; a democratização do acesso ao ensino, principalmente aos cursos de graduação e pós-graduação; a maior flexibilidade de horários para os alunos, entre outros aspectos. Em um curso a distância, o aluno adulto precisa desenvolver habilidades como autonomia, organização, disciplina e sentir-se motivado pela busca do conhecimento, ou seja, por uma formação que o qualifique para diversas situações de trabalho, que permita a troca de experiências e que faça sentido por meio da reflexão e da produção de novos conhecimentos.

Em um primeiro momento, verificou-se que a EaD vem atender, sobretudo, aos adultos que procuram

complementar sua formação básica. Sabe-se ainda que essa clientela geralmente é constituída por trabalhadores que não podem deixar suas casas e seus locais de trabalho diariamente em direção a uma instituição de ensino, ou por aquelas pessoas que se encontram isoladas em locais onde as instituições de ensino presencial não chegam (MILL, 2002).

Sobre a expansão da EaD no Brasil, Pimentel (2016) apresentou os seguintes dados:

Conforme dados do Censo do Ensino Superior, em 2002 as IES públicas são responsáveis por 84,3% das cerca de 40 mil matrículas dessa modalidade. As instituições privadas, por sua vez, absorvem 15,7%. Nos anos de 2004 e 2005, percebe-se que o predomínio das IES particulares acentua-se ano após ano. A taxa de evolução para as matrículas de EaD na esfera privada foi de 2.946% no período de 2004 a 2005, ante 404,6% para as públicas. Convém destacar que a expansão da EaD no setor público a partir de 2006 teve o incremento oficial da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Decreto nº. 5.800/2006, que visava a expandir e interiorizar essa modalidade no Brasil (PIMENTEL, 2016, p. 138).

De acordo com o estudo intitulado “Um ano do Decreto EAD – O impacto da educação a distância na expansão do ensino superior brasileiro”, apresentado em maio de 2018 pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) em conjunto com a Educa Insights, a

previsão é de que até 2023 a educação a distância tenha mais matrículas do que o ensino presencial.

A respeito da inserção da EaD nas políticas públicas no Brasil, Pimentel (2016) diz que:

Na perspectiva da inclusão social, considera-se que a EaD inserida nas políticas públicas de corte social serviu para ampliar o acesso ao ensino superior no Brasil na tentativa de atendimento ao direito à educação e às metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que buscam suprir o déficit de professores na formação inicial e continuada (PIMENTEL, 2016, p. 135).

Nesse contexto, a EaD na Universidade do Estado de Minas Gerais se faz presente desde 1997, com a criação do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) por meio da Resolução CON/UEMG/Nº. 05/97, do Conselho Universitário da UEMG, e desde então expandiu e consolidou suas ações, com vistas a atender as demandas de suas 20 Unidades Acadêmicas em Minas Gerais, principalmente após o convênio com a Universidade Aberta do Brasil/CAPES (UAB/Capes), que possibilitou o fortalecimento das ações de formação de professores.

Sobre as perspectivas de futuro para a EaD no Brasil, MILL (2016) destaca que:

Existe um cenário de mudanças em incubação, fruto de reflexões de pesquisadores,

governo, educadores, associações representativas etc.; e, em nossa percepção, trata-se de um movimento positivo, traduzido por convergências ou alinhamentos, fomentado pela situação de crise político-financeira ultimamente vivida pelo país (MILL, 2016. p. 451).

Vê-se, pois, que nesse processo, a educação a distância, como modalidade de ensino, vem se constituindo e se fortalecendo, entretanto, a institucionalização ainda é um problema enfrentado pela maioria das instituições públicas, principalmente pela falta de dotação orçamentária específica para as ações desta modalidade de ensino.

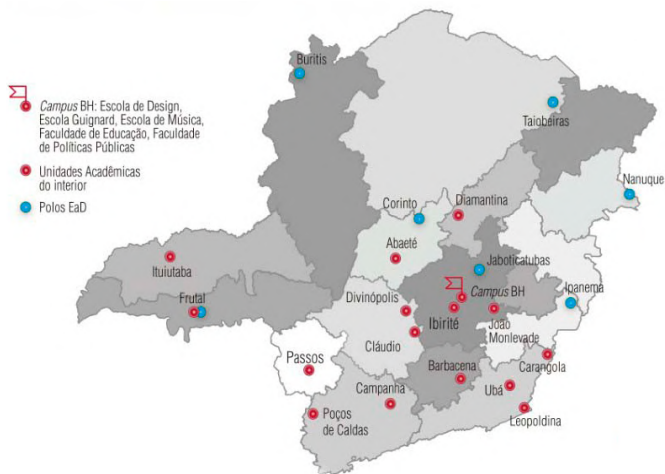
2.1 A UEMG e a educação a distância em contexto

A Universidade do Estado de Minas Gerais foi criada em 1989, por disposição contida na Constituição do Estado, sendo pública e *multicampi*. Entre os anos de 2013 e 2014, por meio do processo de estadualização, passaram a integrar a UEMG as atividades de ensino superior oferecidas pelas seguintes instituições: Fundação Cultural Campanha da Princesa; Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Carangola; Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, de Diamantina; Fundação de Ensino Superior de Passos; Fundação Educacional de Ituiutaba; Fundação Educacional de Divinópolis e Fundação Helena Antipoff, o que ampliou significativamente a atuação da Universidade no Estado.

Assim, nesse ínterim, as ações da UEMG junto à população do Estado de Minas Gerais se expandiram, concretizando sua missão de “Promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado” (site uemg.br).

A figura abaixo ilustra as Unidades Acadêmicas da UEMG no Estado de Minas Gerais e os polos de EaD:

Figura 1: Unidades Acadêmicas e polos EaD da Universidade do Estado de Minas Gerais



Fonte: adaptado do site da Universidade.

A realidade atual dos cursos ofertados pela UEMG deflagra um crescente no número de cursos oferecidos à comunidade e de alunos atendidos, considerando-se o período compreendido entre o início de suas atividades e a absorção das fundações, tendo a EaD como importante suporte dessas ações.

Assim, aos 30 anos de existência e com os processos de absorção das fundações finalizados, a Universidade está presente em 20 cidades mineiras, contando suas Unidades Acadêmicas e os Polos de EaD, atendendo a cerca de 20 mil alunos, distribuídos em 118 cursos de graduação presenciais e a distância, além dos cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* (2 doutorados, 7 mestrados e 27 pós-graduações).

A partir de 2010 através da Portaria Normativa nº. 1.369, de 7 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a UEMG, juntamente com outras Instituições Públicas de Educação Superior vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil, recebe o credenciamento e autorização para oferta cursos superiores na modalidade distância.

Ao mesmo passo em que expandia sua oferta de cursos presenciais pelo estado, status conferido pela estadualização, em 2014 ofereceu pela primeira vez cursos superiores na modalidade a distância, vinculados ao Sistema UAB: a licenciatura em Pedagogia e o bacharelado em Administração Pública.

A licenciatura tem sede na Faculdade de Educação da UEMG em Belo Horizonte e está disponível nos polos de EaD existentes nos municípios de Frutal, Nanuque, Taiobeiras e Ubá. Por sua vez, o bacharelado, com sede em Belo Horizonte na Faculdade de Políticas Públicas (FaPP/UEMG), foi oferecido nos polos de Buritis, Ipanema e Corinto.

Sempre comprometida em oferecer ensino superior de qualidade, na promoção do desenvolvimento dos mineiros e, por consequência, no fortalecimento do Estado, a UEMG traça estratégias que permitam expandir suas fronteiras e proporcionar o ensino gratuito e de qualidade em todas as regiões de Minas Gerais.

Nesse sentido, a Universidade instituiu um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2015-2024, que “redefine metas, estabelece novos mecanismos de atuação e reorganiza as ações no sentido de impulsionar o desenvolvimento da UEMG, ampliando sua atuação na capital e no interior”. Em relação à Educação a Distância, o documento apresenta as seguintes metas para a EaD:

Implantação de oferta de disciplinas à distância na matriz curricular dos cursos da UEMG, nos limites previstos na legislação e respeitadas as características dos cursos; Continuidade da oferta de cursos de extensão e de formação continuada para o corpo docente da UEMG; Formulação do projeto e das estratégias pedagógicas para otimização do uso das Salas Master; Institucionalização da EaD/UEMG;

Estruturação da Equipe Multidisciplinar de EaD; Oferta de novos cursos nos polos UAITEC; Articulação de novos polos UAB/CAPES; Oferta de novos cursos a distância; Ampliação da relação UAB/UEMG/CAPES (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, 2015).

A partir da definição de metas a serem atingidas até 2024, as estruturas organizacionais relacionadas à EaD passaram a trabalhar com vistas a desenvolver ações que contribuíssem para o atendimento das metas institucionais.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, no início do ano de 2016, ocorreu a visita do INEP/MEC para avaliação da Universidade e da renovação do credenciamento para oferta de cursos na modalidade a distância.

A comissão responsável por avaliar a Instituição divulgou, meses depois, o resultado positivo para o credenciamento da UEMG por mais cinco anos. Essa ação fomentou um processo de reestruturação dos setores de EaD da Universidade, conduzido pela Pró-reitoria de Ensino, com o intuito de unificar a estrutura operacional e fortalecer a equipe de educação a distância.

Dessa forma, os setores que atuavam com a EaD na Universidade foram integrados e constituíram a Coordenadoria de EaD, que conquistou um espaço físico destinado às suas atividades dentro da Reitoria da UEMG e atualmente vem exercendo atividades em conjunto com as pró-reitorias de Ensino, de Extensão e de Pesquisa e

Pós-graduação, com vistas ao atendimento das metas definidas no PDI UEMG.

2.2 Discussões teóricas sobre a EaD na UEMG

Para o desenvolvimento deste trabalho, os pesquisadores selecionaram diferentes trabalhos científicos que abordam a trajetória e as ações da modalidade a distância na UEMG. Assim como a história desta modalidade de ensino no Brasil, a EaD na UEMG não possui um registro fidedigno que crave o início das ações. Desta forma, observa-se ao longo dos trabalhos acadêmicos aqui selecionados diferentes olhares acerca da trajetória dessa modalidade na universidade.

Partindo do texto *Educação a distância como política alternativa de formação inicial e continuada na Universidade do Estado de Minas Gerais*, Paula e Cruz (2014) realizam uma reflexão do papel da EaD na era digital a partir da compreensão de uma evolução histórica da comunicação, apresentando as possibilidades de atuação dessa modalidade de ensino e destacando políticas públicas desenvolvidas por meio da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Após apresentar reflexões sobre as transformações da evolução tecnológica digital da informação e comunicação na sociedade, as autoras abordam o processo de comunicação desenvolvido pelo homem até a sistematização da linguagem escrita, e destacam a relevância deste marco

para a partilha e preservação da cultura. Este fato promoveu mudanças no modo de pensar e viver na coletividade, criando novos meios de divulgação do conhecimento e propiciando maior acessibilidade as informações por parte dos indivíduos. Esse marco, de acordo com Paula e Cruz (2014), estimulou novas formas de ensino, a exemplo, modalidade de educação a distância.

Ao focar na trajetória da educação a distância na UEMG, Paula e Cruz (2014) destacam experiências significativas do uso da modalidade a distância na universidade. As autoras cravam o início das atividades da EaD na UEMG a partir do desenvolvimento de um projeto desenvolvido pelo Grupo Emergente de Pesquisa (GEPE), que trabalhava com a teoria modular na capacitação de professores de escolas públicas da região metropolitana de Belo Horizonte. Outra iniciativa destacada pelas autoras foi o projeto desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas de Tecnologias Interativas de Aprendizagem (TEIA-GEPE) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), ocorrido em 1998, que visava pesquisar tecnologias interativas de aprendizagem e promovia o desenvolvimento continuado de profissionais que atuavam na educação em especial na educação a distância.

Ainda em 1998, a unidade de Carangola, à época associada à UEMG, desenvolveu o programa denominado “Telessalas de Minas” com ênfase na educação, cultura e profissionalização dos profissionais da educação em parceria com as

Prefeituras e Secretarias Municipais de educação de nove municípios da região (PAULA; CRUZ, 2014).

Nos anos 2000, as autoras destacam a assinatura do Protocolo de Intenções (Termo de Adesão) da Universidade na criação da Universidade Virtual Pública do Brasil (UNIREDE). Dois anos após, a Universidade, por meio da Faculdade de Educação (FaE/UEMG), firmou um convênio com Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG) para promover a qualificação de professores efetivos da rede pública de Minas Gerais através do “Projeto Veredas”. As autoras destacam que “o curso foi desenvolvido no período de 2002 a 2005, utilizando a modalidade de educação a distância, com momentos presenciais, em oito Agências Formadoras (AFOR), habilitando um total de 4. 238 professores” (PAULA; CRUZ, 2014, p. 140).

Após a conclusão do projeto Veredas, as autoras destacam a criação do Centro de Pesquisas em Educação a Distância (CEPEAD), que tinha o propósito de pesquisar implementação de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e prestar suporte para as ações universitárias na modalidade a distância.

As autoras afirmam que o Projeto de Educação a distância na UEMG propicia uma “educação como prática social emancipatória com vistas a uma sociedade mais inclusiva” (PAULA; CRUZ, 2014, p. 144). Ainda, elas destacam a relevância da oferta de cursos que visam preparar os servidores públicos para atuar na gestão pública:

“Num quadro de carência de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa na atual conjuntura – nova estrutura organizacional e nova gestão dos processos e atividades essenciais – a nação, como um todo, passa a requisitar um contingente de profissionais preparados para desenvolverem tarefas correlacionadas a esse novo perfil de gestão pública” (PAULA; CRUZ, 2014, p. 144).

Desta forma, destaca-se a atuação da UEMG na oferta dos cursos a distância de bacharelado em Administração Pública e especialização em Gestão Pública.

Como resultado da pesquisa, as autoras destacam a necessidade de investimento na institucionalização da EaD, e a incorporação, disseminação e valorização da modalidade de ensino a distância no sistema educacional. Para isso, deve ser estimulada a elaboração de planos de ação com metas e prazos para que as Instituições de Ensino Superior Públicas consolidem a EaD.

Com foco nas ofertas de cursos para formação de servidores para atuação na gestão pública, o texto *As contribuições da Faculdade de Políticas Públicas para a implementação e gestão dos Cursos de Graduação e Pós-graduação*, de Araújo e Correa (2017) contém uma reflexão acerca das contribuições da FaPP nas discussões e gestão da educação a distância no contexto da UEMG. Os autores trazem ainda uma discussão sobre o conceito de gestão da EaD como autonomia limitada, em que os processos e ações

são desenvolvidos pela instituição de acordo com as regras do convênio UAB.

Araújo e Correa (2017) ressaltam que as atividades da EaD na UEMG são relativamente recentes, com início indicado pela Resolução CON/UEMG/Nº. 05/97, do Conselho Universitário da UEMG, a partir do qual foi criado o Núcleo de Educação a Distância, conforme citado anteriormente. Segundo os autores, “a criação do NEAD constituiu, assim, o primeiro ato institucional numa caminhada rumo à institucionalização efetiva da EaD na Universidade” (ARAÚJO; CORREA, 2017, p. 4).

A respeito da importância da FaPP para a implementação da EaD na UEMG, os autores ressaltam que:

Este trabalho é, ainda, um reconhecimento à Faculdade de Políticas Públicas, na qualidade de unidade acadêmica integrada, por sua ativa atuação no conjunto da implementação das políticas institucionais, ao longo da trajetória da EaD na UEMG, especialmente nestes últimos seis anos (2010-2016), em que a modalidade de ensino a distância tem conquistado um espaço de visibilidade institucional, ainda que essa visibilidade seja incipiente, considerando a atual estrutura complexa e *multicampi* da UEMG (ARAÚJO; CORREA, 2017, p. 136).

Ao final, Araújo e Correa (2017) apontam que a FaPP teve um importante papel na institucionalização da EaD na UEMG, pois foi a responsável pela execução de cursos de

graduação e pós-graduação, tendo qualificado parte dos servidores administrativos, com a participação de seu quadro docente.

No trabalho *Implantação de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial na Universidade Pública*, Azevedo et al. (2017), objetivaram:

Compreender as estratégias adotadas por uma Universidade pública *multicampi* para a implementação de atividades curriculares na modalidade a distância nos cursos de graduação presencial respeitando o limite máximo de 20% da carga horária total pertinentes pela Portaria do Ministério da Educação nº. 1.134, de 10 de outubro de 2016 (AZEVEDO et al., 2017, p. 1).

Na sequência do referido texto, as autoras analisam como a EaD se tornou uma oportunidade para o desenvolvimento educacional, oferecendo oportunidade de acesso a pessoas que, principalmente, não possuem disponibilidade ao acesso ao ensino presencial. Ao longo do artigo, abordaram as estratégias utilizadas para a implantação de atividades curriculares na modalidade a distância nos cursos de graduação presencial na UEMG.

Segundo Azevedo et al. (2017), foram encontrados os seguintes desafios para esta implantação:

O primeiro desafio encontrado pela equipe de EaD no âmbito dos cursos de graduação

presenciais surgiu em razão da unificação do calendário acadêmico da UEMG em 18 semanas, o que acarretou a necessidade de algumas adaptações em disciplinas de currículos que utilizavam formato de 20 semanas. Surgiu, então, a necessidade de complementação de carga horária dessas disciplinas, para a qual a educação a distância foi apresentada como a solução mais viável, considerando a possibilidade estabelecida pela Portaria n.º. 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

Até meados de 2017, a realidade do vínculo empregatício dos docentes da Universidade era em torno de 90% de designados. Essa situação exigia um constante esforço das estruturas de gestão e das áreas operacionais da Universidade para seleção e contratação de docentes para atuar em um determinado tempo estipulado em contrato. Essa situação contribuía para a rotatividade profissional na Universidade, para a ruptura de projetos em andamento, para alimentar um sentimento de insegurança, além de impactar diretamente nas ações de capacitação dos professores (AZEVEDO *et al.*, 2017, p. 15).

Entretanto, a partir de estratégias adotadas foi possível a implantação da carga horária a distância nos cursos de graduação presenciais na UEMG. E, como conclusão, as autoras ressaltaram:

A partir das reflexões realizadas ao longo deste trabalho, identifica-se que a EaD surge como uma importante ferramenta de inovação pedagógica na UEMG, contribuindo para

o fortalecimento das atividades de ensino e para a ampliação das práticas educativas intermediadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no âmbito dos cursos de graduação presencial (AZEVEDO *et al.*, 2017, p. 16).

Nesse sentido, as autoras reforçam que a modalidade de ensino a distância na UEMG oportuniza a ampliação de ofertas de cursos de graduação e possibilita contribuições para o ensino híbrido na Universidade.

Dessa forma, a análise dos textos aqui apresentada vai ao encontro dos objetivos e da metodologia inicialmente proposta para esse artigo.

3 Conclusão

Os textos escolhidos, aportes teóricos tomados como referência para o desenvolvimento deste estudo, cujo objetivo foi registrar a trajetória de implementação da EaD na UEMG e o lugar que a EaD ocupa na formação dos alunos, servidores e comunidade em geral nesta instituição, destacaram que: a EaD na UEMG vem contribuindo para o fortalecimento das atividades de ensino e pesquisa, bem como para a ampliação das práticas educativas nos cursos de graduação, se tornando uma importante ferramenta de inovação pedagógica na UEMG; que há a necessidade de formação contínua dos profissionais envolvidos com atividades na modalidade de ensino a distância; que a FaPP contribuiu para a institucionalização da EaD na UEMG, com

a realização do curso de graduação de bacharelado em Administração Pública e das pós-graduações *lato sensu* de Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, inclusive com a participação de docentes do seu quadro de servidores e de servidores administrativos da UEMG com contribuições Pedagógicas, discussões institucionais da EaD, contribuições operacionais e formação da Equipe EaD/UEMG; que o ano de 2010 foi um marco para a implementação da EaD na UEMG, com a inserção da UEMG na Universidade Aberta do Brasil e seu credenciamento no Ministério da Educação para a oferta de cursos superiores nessa modalidade de ensino.

Dessa forma, a partir deste estudo, identificaram-se algumas importantes ações com vistas a implementação da EaD na UEMG, principalmente nos últimos, a partir da inserção da UAB na UEMG, o que tornou possível a oferta de cursos de graduação e pós-graduação e a ampliação de ações voltadas para esta modalidade de ensino nos cursos de graduação presenciais.

Espera-se, assim, que este estudo possa contribuir com as discussões sobre a temática, ampliando a compreensão acerca desta modalidade de ensino na promoção do seu fortalecimento na administração pública estadual.

Referências

- ALVES, Lucineia. *In*: Revista Brasileira de Aprendizagem aberta e a Distância. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. v. 10. São Paulo: Associação Brasileira de Educação a Distância, 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/revista_pdf_doc/2011/artigo_07.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2019.
- ARAÚJO, Adálcio Carvalho de; CORREA, Robert Delano de Souza. As contribuições da Faculdade de Políticas Públicas para a implementação e gestão dos Cursos de Graduação e Pós-graduação. **TICS & EaD em Foco**. São Luís, v. 3 n. 1, jan./jun. 2017.
- ARRUDA, Eucídio Pimenta. Políticas públicas em EaD no Brasil: marcas da técnica e lacunas educacionais. *In*: NEVES, Inajara de Sales Viana; CORRADI, Wagner; CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; (orgs.). **EaD: diálogos, compartilhamentos, práticas e saberes**. Barbacena: EdUEMG, 2016.
- AZEVEDO, Lorna das Graças M. R. P. P. ; CORDEIRO, Priscila Rondas R.; LUZ, Maria de Fátima . Inserção de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial em uma Universidade Pública. 2017. **II Seminário Diálogos sobre a EaD: as práticas pedagógicas**, nov. 2017.
- BRANCO, Paulo Coelho Castelo. Diálogo entre análise de conteúdo e método fenomenológico empírico: percursos históricos e metodológicos, **Revista da Abordagem Gestáltica, phenomenological studies**. v. xx, n. 2, p. 189-197, jul./dez. 2014.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010)**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 fev. 1998a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº. 5.622, 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial, Brasília, DF, 19 dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº. 1.396, de 08 de dezembro de 2010.** Credencia as Instituições Públicas de Educação Superior ao Sistema Universidade Aberta do Brasil e os polos de apoio presencial. Disponível em: <<https://edutec.unesp.br/images/stories/portarias/portaria%20normativa%201369%20dia%2007-12-2010.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** Trad. Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

DEL BIANCO, Nelia R. Aprendizagem por rádio. *In:* LITTO, F; FORMIGA, M. **Educação a distância: o estado da arte.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

FLICK, Uwe (Coord.). **Coleção pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOUVÊA, Guaracira; OLIVEIRA, Carmen Irene. **Educação a distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites.** Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MILL, Daniel. Educação a Distância: cenários, dilemas e perspectivas. *In:* **R. Educ. Públ.** Cuiabá, v. 25, n. 59/2, p. 432-454, maio/ago. 2016.

MILL, Daniel. **Estudos sobre processos de trabalho em educação a distância mediada por tecnologias da informação e da comunicação.** Belo Horizonte, 2002. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MINAS GERAIS. **Lei estadual nº. 20.807, de 26 de julho de 2013.** Dispõe sobre a absorção das fundações educacionais de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG –, de que trata o inciso I do § 2º do art. 129 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado e dá outras providências. 2013. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=20807&ano=2013&tipo=LEI>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MORAN, José. **O que é educação a distância.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n3/1982-6621-edur-31-03-00321.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

NUNES, I. B. A história da EAD no mundo. In LITTO, Michael Fredric: FORMIFA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.) **Educação a Distância: o estado da arte.** São Paulo: Education do Brasil, 2009.

PAULA, M. E.; CRUZ, R. M. R. Educação a distância como política alternativa de formação inicial e continuada na Universidade do Estado de Minas Gerais. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. VII, n. 14, p. 125-151, jul./dez. 2014.

PIMENTEL, Nara Maria. **O desenvolvimento e o futuro da educação a distância no Brasil.** Inc. Soc., Brasília, DF, v.10 n.1, p.132-146, jul./dez. 2016.

RISTOFF, Dilvo. **Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização.** Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, n. 3, 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Resolução CON/UEMG/Nº. 05/97. Belo Horizonte, aos 20 de novembro de 1997. Disponível em: <http://uemg.br/downloads/Resolucao_NEAD.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional UEMG – PDI 2015-2024.** Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.uemg.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2019.